

# Economista pede agenda micro para acelerar economia

**Vera Saavedra Durão**  
Do Rio

O economista Aloísio Araújo, diretor da Escola de Pós-Graduação de Economia (EPGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Centro de Microeconomia Aplicada, sugere medidas microeconômicas para acelerar a atividade. Araújo aposta que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 2% neste ano e 4,5% em 2013.

Para o crescimento dar esse salto, ele defende ampliar o espaço do setor privado na economia via concessões públicas e reduzir o custo Brasil com medidas de desoneração tributária, como a esperada redução das tarifas de energia, para garantir essa expansão. "É hora de se pensar numa reforma tributária.

A agenda micro precisa ser retomada", alerta.

Com os dados de queda na formação bruta de capital fixo (FBCF) fica mais claro ainda a necessidade de aumentar tanto o investimento público, quanto o privado, diz Araújo, ao comentar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral. No caso do investimento público, ele considera boa a ideia de aumentar o teto de endividamento dos Estados que tenham já investido em estradas e metrô. No plano federal, sugere cortar gastos e implementar um plano de investimentos já definidos. Com respeito ao investimento privado, a tarefa principal é o desenho correto de leilões de concessões.

Araújo elogia o pacote de infraestrutura baixado pela presi-

dente Dilma Rousseff para ferrovias e rodovias e aplaude a política monetária de redução da Selic, de Alexandre Tombini, presidente do Banco Central. "A queda do juro foi uma medida boa. O importante agora é evitar expandir o lado fiscal", avisa. Daí, enfatiza a importância das concessões públicas, "um importante instrumento de alocação de recursos para os cofres da União, dada a escassez de infraestrutura que há no Brasil".

O diretor da EPGE critica a maneira como foram feitos os leilões

de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos. "É preciso melhorar o desenho dos leilões, ser mais cuidadoso e exigir mais experiência dos participantes e fixar a taxa de retorno de antemão além de só permitir arrecadação maior de pedágio com contrapartida de obras", ensina Araújo. Ele prega a extensão das concessões públicas a outros setores, como o de saneamento e a extensão da desoneração para produtos que geram informalidade, como o de serviços.